

# As Escolas do Pensamento Econômico e as Externalidades de Poder

**Danielle Sandi Pinheiro**

Professora Associada, Depto de Administração, UnB  
Associate Fellow, WAAS

**Victor de Castro Rezende**

Discente Departamento de Administração UnB

## Introdução

Segundo Brue (2005), as primeiras tendências do pensamento econômico podem ser vinculadas à antiguidade. A palavra *economia* remonta à Grécia antiga, onde *oeconomicus* significava “gerenciamento das questões domésticas”. Aristóteles, (384-322 a.C.) se engajou no pensamento econômico distinguindo entre as “artes naturais e não-naturais de aquisição”. A aquisição natural inclui, segundo o autor, atividades como agricultura, pesca e caça, que produzem bens para as necessidades básicas da vida. A aquisição não-natural, que ele desaprovava, envolve a aquisição de bens além da necessidade. Platão (427-347 a. C.) escreveu sobre os benefícios da especialização humana dentro da cidade-estado ideal. Esta especialização foi um prenúncio das ideias posteriores de Adam Smith acerca da divisão de trabalho.

Na idade média, São Tomás de Aquino (1225-1274) promoveu a ideia de um preço justo o qual nem o comprador, nem o vendedor levam vantagem sobre o outro. A preocupação residia em determinar o que era justo, pois o pensamento econômico estava a serviço da moral.

O período anterior a 1500 d. C., no entanto, representou uma época muito diferente do período de 1500 até hoje. Havia pouco comércio antes de 1500, e a maioria dos bens era produzida para o consumo na comunidade que os produzia (economia de subsistência), sem serem enviados primeiro para o mercado. Assim, o dinheiro e o crédito não eram amplamente usados, embora já existissem naquela época. Estados Nacionais soberanos e economias nacionais integradas ainda não tinham se desenvolvido completamente, nem tinha sido formada nenhuma escola de pensamento econômico.

Depois de 1500, os mercados e o comércio se expandiram rapidamente com as grandes navegações e explorações geográficas como resultado deste processo e também como seu acelerador. A economia monetária substituiu a economia-natural ou autossuficiente. Os Estados Nacionais com economias unificadas tornaram-se forças dominantes. As escolas econômicas surgiram representando organizações sistemáticas de formação de pensamento e de política. Assim a partir de 1500 a “era

da economia política” começou a substituir a “era da filosofia moral”, e foco na economia política trouxe uma organização coerente de pensamento econômico.

A evolução das ideias e escolas do pensamento econômico remonta a um extenso aparato teórico-analítico. O pensamento econômico tem apresentado de maneira consistente um significativo teor ao longo do tempo. Novas teorias surgiram em alinhamento ou em oposição às escolas de pensamento anterior, e assim foi-se construindo um arcabouço científico amplamente constituído e com aplicações atuais muito consistentes e correlacionadas a outras áreas do conhecimento.

Neste projeto de pesquisa, vislumbra-se a perspectiva de, através de uma síntese em torno das principais escolas do pensamento econômico, traçar correlações paralelas entre a evolução do pensamento econômico e o conceito de externalidade de poder o qual, por meio de aspectos teóricos desenvolvidos em teoria econômica, visa a interligar práticas de governança, poder social e ciclos econômicos, com implicações em meio ambiente e políticas públicas, organizacionais e sociais.

As relações entre as escolas do pensamento econômico podem ser bem sistematizadas através de descrições em linhas do tempo. Defensores de um novo ponto de vista em economia podem recorrer às ideias progressas e então desenvolvê-las ainda mais ou podem ir contrariamente às posições anteriores para então construir um novo pensamento em outra direção. Essas interconexões podem ser expressas na linha do tempo das ideias econômicas.

A seguir, faz-se uma breve recapitulação em torno do conceito de externalidade de poder proposto por Pinheiro (2019), publicado originalmente no periódico *Cadmus* da Academia Mundial de Arte e Ciência (World Academy of Art and Science (WAAS)). Esta academia mundial foi criada por eminentes pensadores e cientistas em 1960, incluindo entre eles Einstein, Oppenheimer e Bertrand Russel. (<https://worldacademy.org/>).

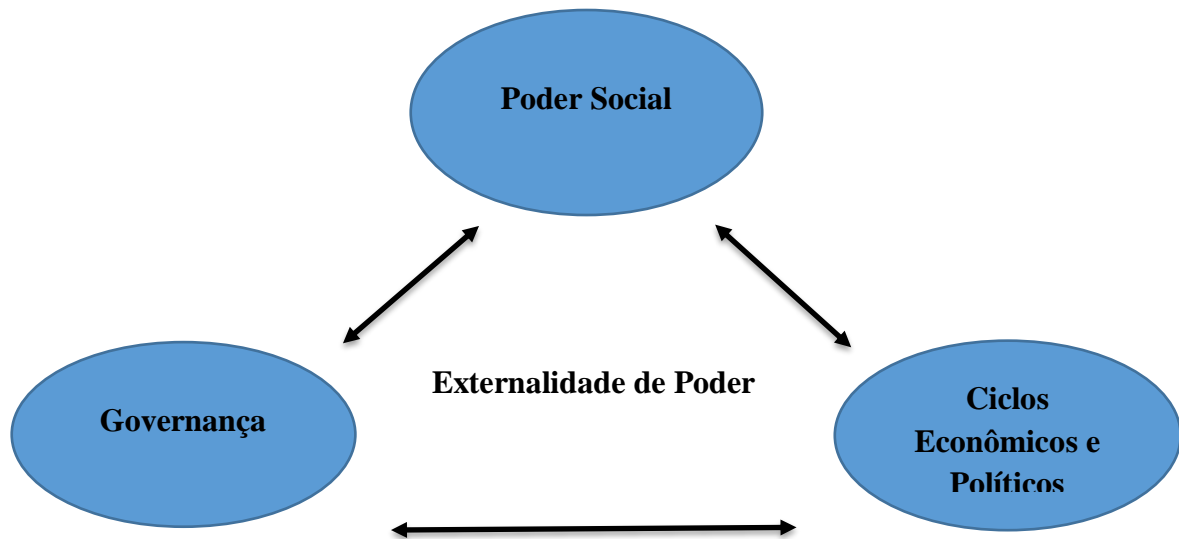
## **1 Síntese Teórico Analítica**

Podemos definir externalidade de poder como uma situação onde a interconectividade entre as relações de poder social, os ciclos econômico-políticos e as agendas de governança em negociações para o desenvolvimento sustentável afetam não somente os agentes econômicos, mas também uma terceira parte, neste caso o meio-ambiente, o qual sofre os efeitos colaterais das decisões de mercado tomadas pela sociedade. Convém destacar que o conceito de externalidade de poder advém de um conceito anterior, chamado de externalidade econômica, o qual foi

originalmente proposto por Pigou (Arthur Cecil Pigou, “*The Economics of Welfare* 4<sup>th</sup>,” ed. Macmillan, London 1932. Publicado originalmente em 1920).

Esquemáticamente, pode-se estruturar o argumento em torno das externalidades de poder conforme mostrado na figura 1, a seguir:

**Figura 1. Triângulo de Externalidade de Poder**



Fonte: versão em português com base em Pinheiro (2019)

De maneira análoga à teoria econômica, pode haver externalidades de poder negativa e positiva. Neste caso, a externalidade de poder negativa perfila como uma situação a qual, embora o governo e a sociedade estejam conscientes a respeito dos desafios e dos riscos na exploração dos recursos humanos e naturais, devido à flexibilidade e interconectividade entre as relações de poder social juntamente com a ocorrência dos ciclos econômicos e políticos e da alternância das agendas de governança ao longo do tempo, as melhores escolhas em termos de políticas climáticas e de desenvolvimento sustentável não são cumpridas conforme esperado e o meio ambiente, assim como a sociedade são prejudicados.

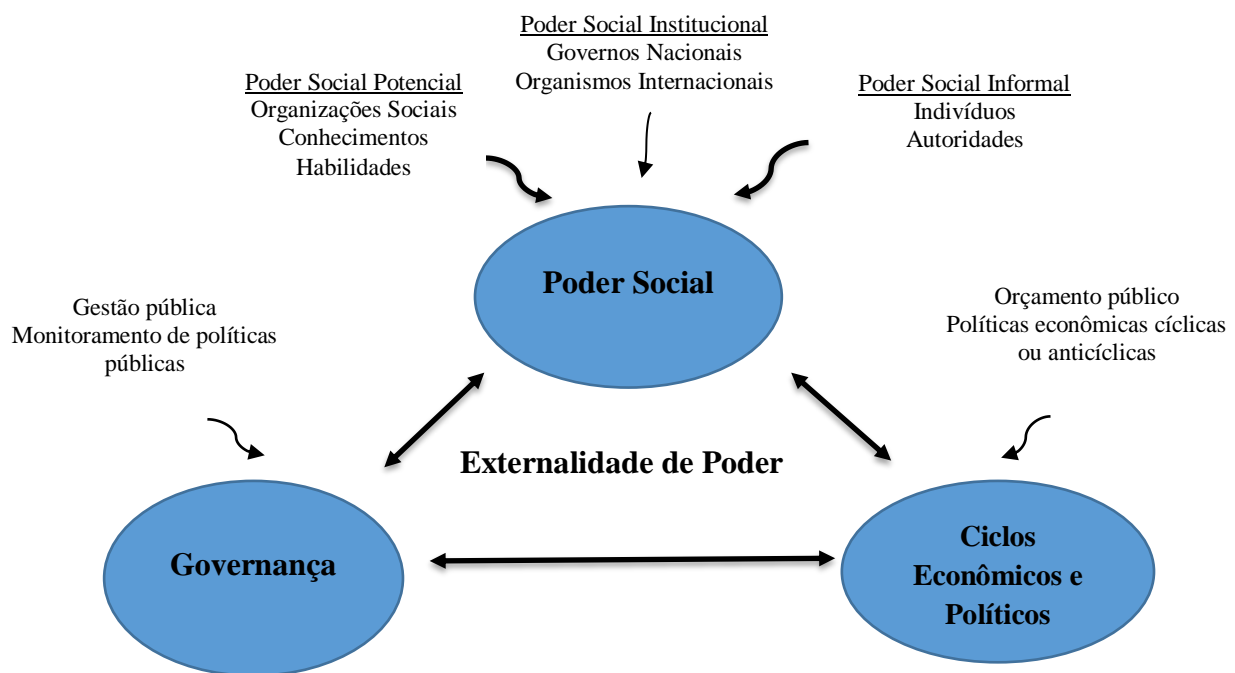
Por outro lado, uma externalidade de poder positiva se define por uma situação onde embora o governo e a sociedade estejam conscientes a respeito dos desafios e dos riscos na exploração dos recursos humanos e naturais, devido à flexibilidade e interconectividade entre as relações de poder social juntamente com a ocorrência dos ciclos econômicos e políticos e da alternância das agendas de governança ao longo do tempo, as melhores escolhas em termos de políticas climáticas e de desenvolvimento sustentável são mais prováveis de serem alcançadas e o meio ambiente assim como a sociedade são beneficiados.

Ambos os tipos de externalidades resultam em ineficiência alocativa. Esta ineficiência na alocação dos recursos humanos e naturais pode ser interpretada da

seguinte maneira: relações estritas de mercados competitivos no sentido de coadunarem-se políticas ambientais e de desenvolvimento sustentável de forma espontânea e consensual perfilam como uma solução do tipo *first best*. Porém, devido às variadas interconexões entre as relações de poder social e as agendas de governança nos ciclos políticos e econômicos são geradas externalidades de poder. Assim, uma solução do tipo *first best* não ocorre conforme o esperado. Neste sentido, a solução do tipo *second best* representa um melhor caminho para a solução das externalidades de poder geradas, por meio da atuação do poder social do tipo institucional juntamente com um esquema de governança apropriado, uma vez que os mercados competitivos falham na alocação dos recursos. Neste contexto, as instituições governamentais em variados níveis, assim como os organismos nacionais e internacionais podem ser as fontes de poder social apropriadas para este fim.

No triângulo de externalidade de poder que está sendo proposto está embutida a ideia de que por meio da interconexão dos conceitos introduzidos nos seus três vértices é possível analisar e conceber de forma mais integrada políticas de gestão pública e privada. Na impossibilidade de haver uma solução do tipo primeiro melhor (*first best*) através de um amplo consenso social, as fontes de poder social (notadamente a fonte de poder social institucional pública ou privada), podem configurar soluções do tipo segundo melhor (*second best*) as quais teriam a preponderância em articular e promover a gestão acerca do domínio sobre as externalidades de poder (*overcoming power externalities*) geradas pelas atividades socioeconômicas e suas conexões com relações de poder social, os ciclos econômicos-políticos e as estruturas de governança.

**Figura 2. Agentes Econômicos e Sociais no Triângulo de Externalidade de Poder**



Os ciclos econômicos e políticos juntamente com os sistemas de governança e as relações de poder social acabam por gerar externalidades de poder. Quando são geradas externalidades de poder negativas, a sociedade, assim como meio ambiente e as eventuais agendas em torno de políticas de gestão, acabam por ser os maiores prejudicados. Nos últimos tempos, observou-se que o país vivenciou uma situação na qual ocorreram instabilidades políticas juntamente com crises econômicas ao mesmo tempo em que também ocorreram ações contraditórias em torno das relações de poder social. Estas situações conjunta ou isoladamente podem ter contribuído para a geração de externalidades de poder negativas em torno das agendas de políticas de gestão social, econômica e de desenvolvimento sustentável, assim como de gestão privada.

Tendo-se em vista a perspectiva analítica em torno do conceito de externalidades de poder, o qual considera aspectos em torno do enfoque econômico, socioambiental e de governança, e tendo como base a escola referente à economia do bem-estar, pretende-se vislumbrar e sistematizar o contexto no qual estas as principais escolas do pensamento econômico podem ter aspectos dos seus enfoques analíticos fundamentais correlacionados a este conceito. Complementarmente a esta pesquisa, também se vislumbra sistematizar o desenvolvimento de um estudo de caso a fim de subsidiar e fornecer material adicional de ensino e estudo.

## 2 Cronograma Resumido das Atividades

Atividades por mês (9 meses)	1º semestre 2025			
	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4
Revisão e levantamento do referencial teórico	X	X		
Revisão dos objetivos e/ou problema de pesquisa			X	X
	2º semestre 2025			
	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8
Elaboração de proposta de estrutura sistemática das escolas do pensamento econômico	X	X		
Pesquisa de correlações teóricas entre as principais escolas do pensamento econômico e as externalidades	X	X		
Sistematização da pesquisa			X	
Análise e discussão dos resultados da pesquisa				X
	Mês 9			
Elaboração do trabalho final	X			

## Referências Bibliográficas

- Alvarez-Pereira, Carlos, “Emerging New Civilization Initiative (ENCI): Emergence from Emergency,” *Cadmus* 4, no 1 (2019): 1.
- Berta, Nathalie, “On the Definition of Externality as a Missing Market,” *The European Journal of the History of Economic Thought* 24, no 2 (2017).
- Biesbroek, Robbert, et al, “Europe Adapts to Climate Change: Comparing National Adaptation Strategies,” *Global Environmental Change* 20, (2010): 440.
- Broadway, Robin and Tremblay, Jean-François, “Pigouvian Taxation in a Ramsey World,” *Asia-Pacific Journal of Accounting Economics* 15, no 2 (2008).
- Brue Stanley L. *História do Pensamento Econômico*. Cengage Learnig (2005).
- Jacobs, Gary, “Foundations of Economic Theory: Markets, Money, Social Power and Human Welfare,” *Cadmus* 2, no 6 (2016): p. 20.
- Jens, Marquardt, “Conceptualizing Power in Multi-level Climate Governance,” *Journal of Cleaner Production* 154, (2017): 167.
- Lancaster, Elvin; Lipsey and Richard G, “The General Theory of Second Best,” *The Review of Economic Studies* 24, no 1 (1956): 11.
- Lin, Steven A. Y. and Whitcomb, David K, “*Externality Taxes and Subsidies in Theory and Measurement of Economic Externalities*,” ed. Academic Press (New York: 1976).
- Lobel, Orly, “*New Governance as Regulatory Governance*,” (ed. The Oxford Handbook of Governance 2012).
- Nagan, Winston P, The Concept, Basis and Implications of Human-Centered Development, *Cadmus* 3, no 1 (2016): 27-35.
- Pareto, Vilfredo, “*Manual of Political Economy*,” ed. Macmillan (London 1906).
- Pigou, Arthur C, “*The Economics of Welfare* 4<sup>th</sup>,” ed. Macmillan (London 1932).
- Pinheiro, Danielle Sandi, “Power and Climate Change Governance: Negative Power Externality and the Brazilian Commitment to the Paris Agreement,” *Cadmus* 3, no 6 (2019): 191.
- Rittel, Horst W. J. and Webber, Melvin M, “Dilemmas in a General Theory of Planning,” *Policy Sciences* 4, (1973): 155.